



## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande CBH - Verde Grande

### **ATA DA 7<sup>A</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE**

No dia nove do mês de agosto de dois mil e sete, no auditório da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, em Montes Claros-MG, realizou-se a sétima reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, cuja convocação, em conformidade com as prescrições contidas no regimento interno do comitê, foi efetuada pelo Secretário João Damásio Frota Machado. O Presidente do Comitê, Marcelo Ferrante Maia, fez a abertura da reunião convidando para fazer parte da mesa, Viviane Pinelli Alves, técnica da Agência Nacional de Águas, ANA, responsável pela condução do Termo de Referência, TDR, para a Elaboração do Plano da Bacia do Rio Verde Grande; Tânia Dias, técnica da ANA, gestora do Convênio ANA/CODEVASF/COMITÊ; Gustavo Sena Corrêa, técnico da ANA, a partir desta data responsável pelo processo de outorgas na Bacia; o Vice-Presidente, José Castor Castro de Abreu e o Secretário, João Damásio Frota Machado. O Presidente inicia sua fala anunciando a pauta da reunião, destacando a discussão e a aprovação pela plenária do Termo de Referência, TDR. Anunciou que técnicos da EMATER fariam sobre Territorialização na Bacia do Rio Verde Grande e que técnico da COPASA falaria também sobre os Impactos na Calha do Rio Vieira após a Construção da ETE. Durante sua fala Marcelo pede o empenho e a união de todos para as questões afetas ao Comitê, esclarecendo pontos importantes sobre alguns projetos que podem ser implantados na Bacia. Em seguida convida Viviane, técnica especialista em recursos hídricos da ANA para fazer a apresentação dos Termos de Referência para a Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande. Viviane iniciou sua apresentação explicando as etapas de elaboração do TDR, através de Power Point, passando a seguir para detalhar sua estrutura. Todos os tópicos presentes no TDR foram abordados, sendo que alguns mereceram maior destaque, como a articulação com o GTA durante a etapa de discussão do TDR, enfatizada na introdução do documento e essencial para a obtenção do documento final. As etapas de desenvolvimento do PRH, apresentadas nas indicações metodológicas, também mereceram uma discussão mais detalhada devido à importância de sua compreensão por parte dos membros do CBH Verde Grande. Os produtos esperados, a equipe técnica básica que a empresa que vencer a concorrência terá de apresentar, os prazos a serem cumpridos, a participação pública e as reuniões acompanhamento são os outros temas que compõem o TDR que foram abordados em maior detalhe. A apresentação foi encerrada com o conteúdo que as empresas que vierem a concorrer na licitação devem apresentar em suas propostas técnicas. A técnica da ANA finalizou se colocando a disposição para esclarecimentos e agradecendo mais uma vez a colaboração do GTA. A partir daí iniciou-se a formulação de questões sobre o trabalho do GTA e sobre o TDR. João Gustavo explica que o GTA foi criado pelo Comitê com a principal missão de servir de interface entre os dados detalhados do TDR e do PRH, Plano de Recursos Hídricos, e demais membros do CBH Verde Grande. Seu relato fala dos trabalhos desenvolvidos, apontando que as discussões concentraram em três áreas: 1.- geração de dados primários para o PRH versus uso exclusivo de dados secundários; 2.- correção de conclusões equivocadas e dados inconsistentes descritos

no anexo 1 do TDR, que resumia os estudos existentes sobre a bacia; 3 - inclusão no escopo do trabalho a ser contratado de itens importantes, como a votação em AGE's do comitê dos relatórios intermediários, além do final, com a responsabilidade da empresa contratada pela realização de quaisquer alterações do PRH determinadas nas votações do CBH Verde Grande. Ressaltou que quanto ao item 1, os técnicos da ANA convenceram ao GTA do uso exclusivamente de dados secundários, desde que devidamente validados, deixando a obtenção de novos dados primários inexistentes ou avaliados como inconsistentes ou incorretos para programas posteriores ao PRH, justificados pelos recursos disponíveis na ANA para execução do PRH não comportarem a geração de dados primários, a geração de dados primários demandaria vários meses, o que atrasaria a conclusão do PRH, que poderia deixar o CBH Verde Grande de mãos atadas para obtenção de financiamentos disponíveis atualmente e que exigem ou valorizam a existência do PRH, e finalmente, todos os PRH's realizados pela ANA até então, e foram vários, utilizaram a mesma estratégia de usar dados exclusivamente secundários e, que suas respectivas bacias vêm obtendo sucesso na solução de seus problemas. João Gustavo encerra sua fala afirmando que os itens 1 e 2 foram acatados integralmente pela ANA, recomendando a aprovação do TDR. Edson Vieira, sugere a fala dos integrantes do GTA sobre o TDR, mas devido ao avançado da hora, isso não foi possível. João Damásio fazendo uso da palavra enfatiza que as discussões sobre o Plano foram pautadas pelo comprometimento e seriedade, mas, que apesar de compreender as alegações dos técnicos da ANA quanto ao plano desejado pelo GTA e à necessária racionalização entre tempo de produção de dados primários e seu alto custo financeiro combinado com a conseqüente demora conclusão do Plano e os recursos financeiros disponíveis. Acrescenta que todo o trabalho de discussão do TDR foi muito minucioso, discutido item por item, com o maior comprometimento possível, solicitando a aprovação do Termo de Referência. Maria Socorro faz uso da palavra dizendo que, pessoalmente, como técnica, se sente frustrada, já que, como representante do segmento Poder Público Federal. Pelo DNOCS, órgão que tem o "fortalecimento infra-estrutura hídrica da bacia", como parte de sua competência. Frisa que gostaria que o PRH fosse construído com base em dados primários, o que permitiria melhor planejamento e otimização das intervenções na bacia. Mas, apesar disso, compreendo as razões apresentadas pela ANA, entendia que as discussões foram saudáveis pela compreensão do GTA quanto ao TDR e da ANA, quanto à seriedade do GTA e do Comitê, tanto ao acompanhamento na elaboração e implementação do Plano, como ao seu desdobramento em Programas a serem concebidos, encaminhados e implementados, e como resultante dessa compreensão, Socorro recomenda também a aprovação do TDR pela plenária. João Gustavo expressa sobre os cuidados que os membros do Grupo Técnico de Acompanhamento, GTA, tiveram nas discussões detalhadas sobre o Termo de Referência, esclarecendo inclusive sobre a manifestação do técnico da ANA, Ney Maranhão, durante reunião do GTA com a ANA, com a presença também da técnica Viviane, sobre prazo curto e escassez de recursos para se elaborar um Plano com dados primários, que retratassem com mais realidade a atualidade da Bacia. E que outros Planos de Bacias foram realizados com dados secundários, já existentes, citando como exemplo a Bacia do rio Guandu, no Estado do Rio de Janeiro. Houve questionamentos de alguns membros que alegavam do não recebimento da última cópia do TDR, entanto pôde se observar que a maioria havia recebido o mesmo. João Damásio faz uso da palavra justificando que o trabalho do GTA foi exaustivo e minucioso, que havia sido incumbência desse Grupo, escolhido em plenária, representar todos os membros nas discussões e aprovação preliminar do GTA, antes de passar para aprovação final dos membros do Comitê. Dra. Maria Socorro, o técnico Gustavo Sena, da ANA, falam sobre a Alocação Negociada de Água no Reservatório do Bico da Pedra e as questões surgidas para a entrada de novos usuários, apontando alguns deles: usuário cadastrado não usa toda a água outorgada; outorgado não utiliza a água; abandono de atividades de outorgados.

Reafirmou que o processo não é estático, é dinâmico e que são necessários órgãos gestores, Comitê e usuários participarem da dinâmica da realidade do empreendimento. Falou também da situação do frigorífico, Alimentos Independência, instalado há mais ou menos dois anos em Janaúba, usuário de água do Gorutuba, em reunião da Comissão Gestora do Reservatório do Bico da Pedra, com a participação de técnicos da ANA, do IGAM e da Diretoria do Comitê, ocorrida dia 08 de agosto de 2007, no auditório da ABANORTE. Associação dos Fruticultores do Norte de Minas, em Janaúba, onde foram analisadas solicitações de outorga por parte desta empresa. Salientou que tanto ANA quanto IGAM, juntamente com o frigorífico e o Comitê, estarão dando encaminhamento ao processo. Expressou sua preocupação no ajustamento das outorgas no Reservatório e no rio Gorutuba, afirmando que poderá haver uma fiscalização rigorosa sobre o assunto por parte da ANA e IGAM.